



SINDILURB

IMPRESSO

NOTÍCIAS

Informativo do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Resíduos de Minas Gerais

FIEMG

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

EDIÇÃO 49 - OUTUBRO DE 2021

Energia limpa para sobreviver à crise hídrica



Diretores da Pró-Ambiental, da direita pra esquerda, Tetsu Akabane, José Zica Pimentel, Olival Zica Pimentel e Renato Zica Pimentel

Associada Pró-Ambiental aposta na energia fotovoltaica na busca de eficiência energética. [Página 3](#)

FIEMG

Assessoria de Energia estuda soluções para a indústria

Com foco na redução da conta de energia, serviço da FIEMG em parceria com SINDILURB-MG orienta modelos sob medida para empresas que querem diversificar as fontes de energia. [Página 2](#)

ENTREVISTA

Diretor do Conselho Tributário da FIEMG fala sobre impasse nas reformas

Em entrevista exclusiva, o Dr. Edwaldo Almada explica os principais entraves do sistema tributário brasileiro. Posição da FIEMG é de que a reforma administrativa deva ocorrer antes da reforma tributária. [Página 4](#)





EDITORIAL

Uma luz para as empresas

Esta edição do SINDILURB NOTÍCIAS está carregada de pura energia. Trazemos para você um panorama completo sobre o sistema energético brasileiro e as alternativas para diversificar as fontes de energia, com possibilidades de realizar a própria produção pelas empresas, além dos detalhes do serviço de redução da conta de luz, por meio da parceria do SINDILURB-MG com a FIEMG. Em tempos de crise hídrica e altas taxas sobre a energia, buscar eficiência na gestão elétrica do setor pode ser uma saída que possibilite novos investimentos e economia para empresas.

Seguindo pela lógica do consumo e geração de energia, nossa associada Pró-Ambiental, de Lavras, aposta na energia fotovoltaica para a matriz e sete unidades espalhadas pelo estado, visando economia e clientes satisfeitos com o modelo sustentável na gestão de resíduos, especialmente da área da saúde e industrial.

Fechamos esta edição com uma entrevista exclusiva com o Presidente do Conselho Tributário da FIEMG, o Dr. Edwaldo Almada de Abreu, sobre o imbróglio envolvendo a tão esperada reforma tributária. Como delegado representante da FIEMG na Confederação Nacional da Indústria - CNI, ele explica os pontos de dissenso entre as entidades e compartilha com as empresas do setor da limpeza urbana seu conhecimento como especialista, pesquisador e professor de contabilidade fiscal e tributária, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Nesta entrevista, abordamos toda a complexidade do sistema tributário brasileiro, onde o Dr. Almada aponta causas e reflexos, como insegurança jurídica e baixo investimento.

Boa leitura!



Maurício Sigaud Ferreira, presidente

FIEMG auxilia projetos de geração de energia para a indústria

Empresas de diversos portes podem buscar soluções que incluem novas fontes de energia com reflexos diretos na redução do custo



Diversificar fontes de energia é uma solução para reduzir custos nas empresas

A conta de energia das empresas é algo que pesa bastante no orçamento e impede a abertura de maiores margens para investimentos que são tão importantes e essenciais para diversos setores, como da industrialização de resíduos. Neste contexto, a Assessoria de Energia da FIEMG oferece suporte, orientação, análises e pré-diagnósticos relacionados à energia, apresentando às indústrias e empresas, via sindicatos, os modelos de negócios em energia, de acordo com a regulamentação e a legislação do setor elétrico. O objetivo é a redução de custos com energia e o aumento da competitividade da indústria.

O serviço inclui descontos que podem alcançar 22%, por cinco anos de redução na modalidade sem investimentos e até de 90%, com investimentos. No processo é analisado, a partir da conta de energia do cliente, qual a melhor oportunidade de solução, que traga uma redução no custo final de energia. São vários modelos disponíveis, a depender do perfil da indústria e o tipo de conexão com a rede. Atualmente, a Gerência de Energia da FIEMG atende a 424 instalações de energia, que são participantes dos consórcios de Geração Distribuída.

Os modelos dependem do tipo de indústria e da ligação no sistema elétrico. De acordo com a gerente de energia da FIEMG, Tânia Santos, qualquer pessoa ou empresa pode mandar a conta de energia para a assessoria de energia da FIEMG para fazer uma análise das possibilidades que têm no mercado. “A redução do custo de energia vai desde o cliente que paga a conta acima de R\$300,00 que pode fazer uma simples adesão às fazendas fotovoltaicas, por exemplo, e você faz a adesão para ter desconto na conta, escolhe o prazo, igual conta de telefonia. Qual desconto você quer ter e em qual prazo você quer fazer a adesão daquela fazenda solar”, explica.

Quem opta pela produção de energia fotovoltaica, como as fazendas solares, é possível compensar a energia, no crédito e débito, como se fosse uma conta bancária e pode ser uma solução para empresas do setor da limpeza urbana. “Você tem uma compensação de energia gerada e injetada na rede favoravelmente ao consumo. Este perfil de desconto na conta a gente

chama de baixa tensão, para quem está conectado com a rede do bairro, pelo transformador do poste, a baixa tensão. Este é o modelo que a maioria das empresas de pequeno e médio porte fazem adesão. Com o desconto na conta, sem investimento, você tem o direito a ter crédito de energia que pode chegar a 22%, por cinco anos”, completa Tânia Santos.

Mercado Livre de Energia

Avançando para os setores com maior demanda energética, como siderúrgicas e mineradoras, com uso da rede acima de 500kW, geralmente esse grupo opta pela compra de energia que vem de outros fornecedores. Esse é o Mercado Livre de Energia, que é para clientes que estão conectados na rede em tensão acima de 2.300 volts e com 500 kW de demanda contratada na concessionária de distribuição local. Com esse perfil, o cliente pode optar por comprar livremente sua energia e continua pagando o uso da rede onde a empresa está conectada.

“As grandes indústrias estão no Mercado Livre e já negociam livremente a compra da energia há bastante tempo. Além disso, algumas delas produzem grande parte da energia que consomem - chamada nesse mercado de autoprodução de energia. Existem vários modelos em autoprodução onde a indústria pode optar por investimento próprio ou ter sociedade em empreendimentos como usinas solares, eólicas e a contrapartida dada pela indústria é de contrato de longo prazo com os empreendedores da usina”, ressalta a gerente de energia da FIEMG.

Racionamento e crise hídrica

O que a FIEMG vem propondo com o serviço de orientação e assessoria aos associados inclui modelagens de negócios que contemplam as diversas fontes de geração, como hídrica, eólica, solar, biomassa. Todos os modelos têm como foco a eficiência energética, a inovação tecnológica, autoprodução e geração distribuída.

“Cada um de nós utiliza energia de algum lugar no sistema, e como nossa matriz é 70% hídrica é necessário gerar energia em termelétricas com processo de produção bem mais caro, utilizando combustíveis, como óleo diesel, carvão mineral, gás natural, substituindo a água para gerar a mesma energia. E quando se têm outras fontes alternativas de energia na rede, ajuda a segurar o nível dos reservatórios. Então os modelos de geração própria de energia, como a fotovoltaica ou energia a partir de resíduos e biomassa, ajudam a amenizar o problema nesses períodos de crise hídrica, em que o consumo doméstico é crescente com o aumento da temperatura e muito dependente da geração de energia a partir de usinas hidrelétricas, cujos reservatórios estão em níveis alarmantes”, salienta Santos



EXPEDIENTE

SINDILURB NOTÍCIAS

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE MINAS GERAIS – SINDILURB/MG

[sindilurb.com.br](https://www.sindilurb.com.br)
[sindilurb mg](https://www.facebook.com/sindilurbmg)
www.sindilurb.com.br

TRIÊNIO 2021 / 2024

Rua do Ouro, 33, sala 502, 5º Andar - Serra
 Belo Horizonte/MG - Telefone: (31) 3291-5460

Presidente: Maurício Sigaud Ferreira

Vice-Presidente: Marcos Vinícius Rocha Savoi

Diretor Administrativo-Financeiro: Arthur Alves de Brito

Diretor de Expansão e Mercado: Renato Ferreira Malta

Diretor de Relações Trabalhistas: Ben Hur Silva de Albergaria

Diretor Técnico: Alan Pierre de Espíndula Vieira

Diretor de Resíduos de Serviços de Saúde: Mário Sérgio Carvalho Paulino Vasconcelos Costa

Diretor de Resíduos Industriais: Thiago Andrade Magela

Diretores Adjuntos: Gilson Vilela, Daniel Prates Ribeiro

Conselho Fiscal: Walter Ferreira Soares, Raphael Rennó Góes, Paulo Antônio Moreira Avelar

Suplentes do conselho fiscal: Pedro Walter Resende de Carvalho, Ivan De Filippo, Alberto Magno Rocha Filho

Delegados efetivos junto à Fiemg: Maurício Sigaud Ferreira, Marcos Vinícius Rocha Savoi

Delegados suplentes junto à Fiemg: Pedro Henrique Vieira Savoi, Alexandre Ferreira Braga

Tiragem informativo: 1000 exemplares

Produzido pela: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA - Tel.: (31) 3594-4490

Pró-Ambiental aposta na energia fotovoltaica

Especialista na gestão de resíduos de saúde e industrial, empresa garante serviço ambientalmente correto para o mercado

A especialidade da Pró-Ambiental Tecnologia Ltda no rol das atividades da limpeza pública é a gestão de resíduos de saúde e industrial. E para resolver esta demanda, a empresa associada ao SINDILURB-MG utiliza as mais modernas tecnologias e equipamentos para incineração, atendendo às regras ambientais previstas na legislação brasileira e alcançando padrões europeus de sustentabilidade nesta área. Agora, para manter todas essas tecnologias com uma gestão mais eficiente e ambientalmente correta, a Pró-Ambiental está instalando uma usina fotovoltaica na matriz da empresa em Lavras.

A incineração de resíduos de saúde demanda muita energia elétrica, e para somar na gestão ambiental e se tornar uma empresa mais sustentável, o projeto prevê a capacidade de geração de 438 Kw/p ou quilo watt pico, que é a energia máxima produzida pelo gerador fotovoltaico e uma produção anual média de 593,78 MWh no suprimento de energia, não só em Lavras, mas nos sete pontos de apoio da empresa espalhados por Minas Gerais.

De acordo com o gerente da Pró-Ambiental, Wagner Nogueira, a escolha da energia fotovoltaica tem a ver com o modelo de negócios da empresa, que não possui aterros sanitário para captação de outras fontes de energia, como o biogás. No entanto, a demanda de energia para os incineradores é alta, por isso, o investimento vale o custo-benefício.

“A Pró-Ambiental optou pelo sistema de geração fotovoltaico, por ser de fácil instalação e por não causar impacto ambiental. E pelo seu custo-benefício com retorno financeiro de curto a médio prazo. Como a Pró-Ambiental não coleta e opera aterro sanitário, não temos a geração de biogás, que é também uma boa solução energética, contribuindo para não lançar o gás metano no meio ambiente. A Pró-Ambiental não tem outra fonte de geração de energia”, explica Nogueira.

O Brasil é o 14º país do mundo em instalação de painéis solares acima de 10 Gigawatts, e representa a sétima maior fonte de energia no país, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR. A Usina de geração fotovoltaica implantada pela Pró-Ambiental agora está em fase de aprovação do projeto da cabine de medição, interligação e estruturação na rede de distribuição, que são de atribuição da Cemig.

“Com a instalação do sistema fotovoltaico, a Pró-Ambiental demonstra nossa preocupação com a sustentabilidade, incluindo a qualidade de vida de nossos colaboradores e parceiros, utilizando e aplicando os requisitos da ISO 9001/2015. Seguimos na missão de proteger o meio ambiente, oferecendo aos nossos clientes sistemas seguros de tratamento e destinação



Usina fotovoltaica instalada na Sede da Pró-Ambiental, no município de Lavras

“
Com a instalação do sistema fotovoltaico, a Pró-Ambiental demonstra nossa preocupação com a sustentabilidade, incluindo a qualidade de vida de nossos colaboradores e parceiros, utilizando e aplicando os requisitos da ISO 9001/2015.

final dos resíduos, a fim de que desenvolvam suas atividades de forma sustentável”, ressalta Wagner Nogueira.

A empresa é uma das pioneiras em incineração em Minas Gerais. E para isso, conta com equipamentos com alta tecnologia alemã, que são responsáveis por otimizar a combustão, por meio de um balanço ideal entre combustível, comburente e temperatura. Tudo é feito com rigoroso sistema para eliminar ao máximo a emissão de gases nocivos e sustentar a autocombustão.

A usina fotovoltaica vai contribuir para alimentar todo esse sistema de incineração da Pró-Ambiental. Segundo Nogueira, esses equipamentos atendem com eficiência todas as normas padrões sobre o lançamento e efluentes atmosféricos, critérios de sustentabilidade cada vez mais exigidos no mercado, uma vez que a empresa expandiu sua atuação atendendo o setor privado.

Garantir aos clientes essa segurança no tratamento de resíduos tornou-se um grande diferencial da empresa. “O grande diferencial da Pró-Ambiental foi a expansão de sua rede de atendimento do pequeno ao grande cliente privados e também a clientes públicos, com a pulverização de atendimento aos pequenos geradores de resíduos. O investimento foi principalmente no capital humano, que está em contato direto com o cliente, na regularidade das coletas, e na implantação de um eficiente sistema de roteirização, além de uma frota sempre renovada e rastreada”, salienta o gerente da Pró-Ambiental.

Gestão de resíduos de saúde

A Pró-Ambiental atende atualmente em torno de 200 municípios, com coleta de resíduos de saúde, e proximamente 350 municípios, com coleta de resíduos industriais e contaminados diversos, totalizando 550 municípios em Minas Gerais, além de atuar no município de Carapebus, no Rio de Janeiro.

“A Pró-Ambiental realmente tem um complexo sistema de logística na coleta de resíduos de saúde e de resíduos industriais contaminados e/ou perigosos. Não executamos o serviço de limpeza urbana tradicional, operamos somente com resíduos Classe I”, explica Wagner Nogueira.

Outro importante nicho de mercado seguido pela empresa é o de tratamento de lâmpadas, realizado por meio do sistema Bulbox, que armazena os componentes de lâmpadas fluorescentes, lâmpadas de bulbo de vapor de mercúrio e sódio. O sistema funciona por meio de um processo físico-químico à seco de descaracterização, onde o material passa por trituração e filtragem mecânica e química.



Diretor do Conselho Tributário da FIEMG explica divergências sobre a reforma tributária

O setor industrial brasileiro vem exercendo grande força para emplacar a tão esperada reforma tributária no país. Existem, ao todo, três principais propostas em tramitação no Congresso Nacional: a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 45 de 2019, na Câmara dos Deputados, a PEC 110 de 2019, no Senado Federal e o Projeto de Lei 3887 de 2020, do Governo Federal. Uma Comissão Mista foi formada por 25 deputados e 25 senadores, para unificar as duas propostas e espera-se que o PL 3887/2020 também seja incorporado nessa discussão. Várias entidades com a FIEMG e a Confederação Nacional da Indústria - CNI vêm apresentando propostas para que o projeto seja finalizado e votado com a participação e orientações do setor produtivo. No entanto, há um dissenso sobre a ordem que as reformas deveriam ocorrer pelas duas entidades. Conversamos com Presidente do Conselho Tributário da FIEMG e delegado representante da FIEMG junto à Confederação Nacional da Indústria, Dr. Edwaldo Almada de Abreu, sobre os principais entraves e a complexidade do sistema tributário brasileiro.

SN - O setor industrial brasileiro vem buscando incluir proposições importantes para emplacar a tão esperada reforma tributária no país seguindo orientações do setor produtivo. Qual é a expectativa para que o projeto siga as diretrizes da indústria?

Realmente o setor industrial mineiro tem divergido do que a CNI tem defendido. Nós defendemos primeiro a reforma administrativa para adequar o orçamento da União, dos Estados e dos Municípios a um total de dispêndios menores do que são hoje e previsíveis para o futuro. O Setor produtivo mineiro pensa primeiro na reforma administrativa para apoiar que a reforma tributária se dê depois.

SN - Há expectativa que isso ocorra ainda neste governo?

Eu pessoalmente acho que a expectativa de aprovar a reforma administrativa sim, mas a reforma tributária eu creio que dar-se-á no próximo governo, porque a complexidade é muito grande. O debate com a sociedade não tem sido intenso e tem a influência muito grande dos estados e municípios que normalmente não querem reduzir a carga tributária e só querem aumentar, como está ocorrendo hoje com a prefeitura municipal de Contagem e na maioria dos estados da Federação.

SN - Quais estão sendo os principais entraves para a reforma tributária? Quais são os pontos de dissenso e possíveis resoluções para a que o texto final esteja em acordo com todos os lados?

Reforma tributária dificilmente e historicamente no mundo não se encontra um acordo de consenso, porque cada um puxa para o seu lado e fica realmente difícil. Na legislação americana, por ser extremamente simples, possivelmente há acordos, embora os principais tributos lá incidam



“

Vivemos num Estado autofágico, que induz a sonegação e à clandestinidade, além de grande dificuldade para investimento.

Edwaldo Almada de Abreu

Diretor do Conselho Tributário da FIEMG

em cada estado, pois cada um possui autonomia tributária. Lá é um pouco mais fácil, mas no Brasil é extremamente complexo isso, e para você ter uma ideia, a base da reforma tributária que vigora decorre da constituição dos governos de 1967 e 1969, que alteraram razoavelmente o sistema que vigorou antes desse período.

SN - No Brasil, vários setores da indústria estão iniciando a produção de insumos e componentes que antes eram importados para fugir das altas taxas e impostos na importação. Como o senhor avalia esse movimento atual na indústria brasileira?

Normalmente importar e internacionalizar produtos do exterior ficam muito mais baratos no Brasil, mesmo considerando que alguns tenham impostos de importação. O Brasil sofre uma competição tremenda do exterior sobre o mercado consumidor brasileiro porque a tributação lá é geralmente muito baixa, simplificada e as empresas normalmente têm incentivos para de lá exportar para outros países. Para o Brasil tentar fabricar grande parte aqui, agregando valor para exportação e competir com o mercado de produtos importados é realmente um

sonho. Nós temos competitividade grande mesmo é na mineração e na agroindústria e alguns produtos de ponta, como aviões da Embraer e outros mais. Mas somos exportadores de matéria-prima e alguns produtos semi-industrializados.

SN - De que forma a insegurança jurídica tributária afeta o setor produtivo?

Em um levantamento que fiz com a equipe da FIEMG sobre razões tributárias para a nossa baixíssima competitividade constatamos que nos Estados de Minas Gerais e São Paulo e nas Cidades de Belo Horizonte e São Paulo havia impostos e taxas federais, estaduais e municipais, e contribuição de melhoria que era um tributo mais excepcional, mas também vigorante nesses estados. Nessa época, existiam 58 tributos que são a soma dos impostos, taxas e contribuição de melhoria. Certamente, esse número deve ter aumentado devido a altíssima taxa de extração fiscal que no Brasil cada vez mais prepondera. E a extrema complexidade do sistema tributário brasileiro, que gera o que chamo de passíveis invisíveis ou passivos que normalmente o empresário não conhece e geram passivos que além de aumentar a carga tributária, tem um dispêndio da questão administrativa e a questão da defesa jurídica. E uma jurisprudência extremamente cambaleante e mutante a cada tempo. Com isso, o Brasil gera uma grande insegurança jurídica para o investimento brasileiro, e a segurança jurídica é a principal variável para atrair investimento do exterior ou mesmo de aumentar investimento nacional, porque essa insegurança jurídica é o principal fator que o empresário de juízo analisa após avaliar a complexidade do sistema tributário.

SN - Quais os principais entraves o Senhor considera para investimento, devido a essa complexidade do sistema tributário brasileiro?

Sobre a baixíssima capacidade de competir no exterior com produtos brasileiros decorrem principalmente da complexidade e do instituto da substituição tributária que, quando foi concebida, era interessante, pois, era devido sobre indústria que tinha uma venda disseminada de seus produtos, como cimento, automóvel, e outros produtos, para evitar tributar na ponta, gerando oportunidade de sonegações fiscais extremamente elevadas. Porém, como está estabelecido hoje, isso está sendo praticado com praticamente todos os produtos que estão sendo consumidos pela sociedade e isso está gerando uma antecipação do desembolso de caixa dos empresários, porque o fato gerador ocorre no momento da transmissão da propriedade para quem consome, o prazo de venda normalmente é muito superior ao prazo para pagamento do tributo e quando o comprador não paga a sua fatura em dia, ou paga atrasado, isso gera uma tremenda crueldade com quem vende no mercado interno. Vivemos num Estado autofágico, que induz a sonegação e à clandestinidade, além de grande dificuldade para investimento.